



ISS CARUARU-PE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU - PERNAMBUCO

ANALISTA FISCAL MUNICIPAL – ÁREA GERAL

EDITAL NO 01/2026

CÓD: OP-055AG-26
7901183006144

ÍNDICE

Português

1. Leitura e compreensão de textos variados	9
2. Modos de organização do discurso: descritivo, narrativo, argumentativo, injuntivo, expositivo e dissertativo	10
3. Gêneros do discurso: definição, reconhecimento dos elementos básicos	13
4. Coesão e coerência: mecanismos, efeitos de sentido no texto	14
5. Relação entre as partes do texto: causa, consequência, comparação, conclusão, exemplificação, generalização, particularização; Conectivos: classificação, uso, efeitos de sentido	15
6. Flexão nominal e verbal; Verbos: pessoa, número, tempo e modo; Vozes verbais; Transitividade verbal e nominal	19
7. Estrutura, classificação e formação de palavras	22
8. Funções e classes de palavras	23
9. Regência verbal e nominal	30
10. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação	31
11. Figuras de linguagem	32
12. Funções da linguagem	36
13. Sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos	39
14. Acentuação gráfica	40
15. Pontuação: regras e efeitos de sentido; Recursos gráficos: regras, efeitos de sentido	42
16. Sintaxe do Período Simples; Coordenação e subordinação	43
17. Crase	48
18. Ortografia	48

Raciocínio Lógico

1. Operações com conjuntos	59
2. Raciocínio lógico numérico: problemas envolvendo operações com números reais e raciocínio sequencial	61
3. Conceito de proposição: valores lógicos das proposições; conectivos, negação e tabela- verdade. Tautologias. Condição necessária e suficiente	65
4. Argumentação lógica, estruturas lógicas e diagramas lógicos	69
5. Equivalências e implicações lógicas	73
6. Quantificadores universal e existencial	77
7. Problemas de Contagem: Princípio Aditivo e Princípio Multiplicativo. Arranjos, combinações e permutações	78
8. Noções de Probabilidade	82

Informática

1. Modalidades de processamento	91
2. Organização e Arquitetura de computadores: conceitos, tipos, características, componentes de hardware e funcionamento, principais periféricos e dispositivos de entrada e saída, unidades de armazenamento, memória, conexão e conectores, operação	94
3. Software: Software Livre, software básico e aplicativo, utilitários, sistemas operacionais: conceitos, características, teclas de função, ícones e atalhos de teclado, uso dos recursos	99

ÍNDICE

4. Ambientes Windows 10BR / 11BR e Linux: conceitos, características, “distribuições Linux” versões de 32 e 64 bits, instalação, pastas e diretórios, configuração e utilização dos recursos, utilitários padrão, principais comandos e funções, teclas de função, ícones e atalhos de teclado, uso dos recursos; Sistemas de arquivos, Operações com arquivos, permissões e segurança de arquivos	103
5. Editores, Processadores de Textos, Planilhas, Softwares de Apresentação e Bancos de Dados: conceitos, características, teclas de função, ícones e atalhos de teclado, uso dos recursos; Pacotes MS Office BR em suas últimas versões (Word, Excel, PowerPoint, Access) e LibreOffice 24.8.2.1 versão em português ou superior (Writer, Calc, Impress, Base), nas versões de 32 e 64 bits; Edição e formatação de textos. Criação e uso de planilhas de cálculos; Criação e exibição de Apresentações de slides.....	107
6. Noções básicas de bancos de dados	117
7. Microsoft 365 em português: conceitos, características, componentes, instalação, configuração, teclas de função, ícones e atalhos de teclado, uso dos recursos	121
8. Segurança da Informação, de equipamentos, de sistemas, em redes, na internet e na nuvem: conceitos, características, pilares, vírus x antivírus, backup, firewall, criptografia, cuidados.....	124
9. Lei Geral de Proteção aos Dados (LGPD).....	127
10. Redes de computadores: conceitos, características, meios de transmissão, conexão, cabos e conectores, protocolos, topologias, tecnologias, padrões, redes cabeadas e wireless/wi-fi, Modelo de Referência OSI/ISO, arquitetura TCP/IP, utilitários básicos para configuração e verificação de redes, máscara de rede/sub-rede.....	140
11. Internet X Web: conceitos, características, internet x intranet x extranet, utilização de ferramentas e recursos, browsers Edge x Google Chrome X Mozilla Firefox nas versões atuais de 32 e 64 bit, navegação, correio eletrônico, webmail, softwares Mozilla Thunderbird e Outlook nas versões atuais de 32 e 64 bits, sítios e ferramentas de busca e pesquisa na internet	146
12. Redes Sociais e Computação em nuvem: conceitos, características, principais redes e serviços, uso dos recursos	151
13. Ferramentas Google: Gmail; Google Meet; Google Documentos; Google Planilhas; Google Drive; Google Agenda: conceitos e características, uso dos recursos.....	154
14. Microsoft Teams: conceitos e características, uso dos recursos	157

Conhecimentos Específicos

Analista Fiscal Municipal – Área Geral

1. Os recursos públicos: a receita pública originária e receita pública derivada, tarifas (preços públicos);	173
2. O tributo: conceito, características, natureza jurídica, classificação dos tributos	178
3. Espécies tributárias.....	183
4. Sistema tributário nacional: competência tributária, limitações constitucionais do poder de tributar, repartição da receita tributária a emenda constitucional nº 132/2023, compreendendo os aspectos gerais da reforma tributária sobre o consumo, a criação do imposto sobre bens e serviços (ibs), da contribuição sobre bens e serviços (cbs), do imposto seletivo (is) e as regras constitucionais de transição para o novo sistema tributário	188
5. Legislação tributária: vigência, integração, interpretação e aplicação.....	210
6. Obrigação tributária: conceito, elementos, capacidade tributária, domicílio, a solidariedade tributária, fato gerador, a obrigação tributária principal e a obrigação tributária acessória	215
7. Responsabilidade tributária: conceito, responsabilidade por substituição, responsabilidade por transferência, as diversas modalidades de responsabilidade por transferência, responsabilidade por infrações.....	220
8. Crédito tributário: constituição, lançamento tributário, exclusão, suspensão e extinção do crédito tributário, garantias e privilégios do crédito tributário	225
9. Administração tributária: fiscalização, dívida ativa e certidões	229
10. Tributos municipais.....	235
11. Processo administrativo: princípios	240
12. Poderes da administração pública	244

ÍNDICE

13. Atos administrativos	252
14. Processo administrativo	256
15. Processo administrativo tributário, contencioso administrativo fiscal, impugnações, recursos administrativos e nulidades processuais	256
16. Noções de finanças públicas e orçamento público: receita pública, despesa pública	261
17. Plano plurianual (ppa), lei de diretrizes orçamentárias (ldo) e lei orçamentária anual (loa)	265
18. Noções de administração pública gerencial, governança pública, transparência, controle interno e responsabilidade na gestão fiscal	267
19. Lei complementar nº 101/2000 (lei de responsabilidade fiscal): princípios, limites fiscais, receitas públicas e transparência da gestão fiscal	272

PORTUGUÊS

LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTOS VARIADOS

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentemente ou temporárias”.

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

AMOSTRA

MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO: DESCRITIVO, NARRATIVO, ARGUMENTATIVO, INJUNTIVO, EXPOSITIVO E DISSERTATIVO

No estudo para concursos, compreender os diferentes tipos de discurso é essencial para a interpretação de textos e para a produção de redações coerentes. Os tipos de discurso mais comuns são o direto, o indireto e o indireto livre.

DISCURSO DIRETO

É a fala da personagem reproduzida fielmente pelo narrador, ou seja, reproduzida nos termos em que foi expressa.

— Bonito papel! Quase três da madrugada e os senhores completamente bêbados, não é?

Foi aí que um dos bêbados pediu:

— Sem bronca, minha senhora. Veja logo qual de nós quatro é o seu marido que os outros querem ir para casa.

(Stanislaw Ponte Preta)

Observe que, no exemplo dado, a fala da personagem é introduzida por um travessão, que deve estar alinhado dentro do parágrafo.

O narrador, ao reproduzir diretamente a fala das personagens, conserva características do linguajar de cada uma, como termos de gíria, vícios de linguagem, palavras, expressões regionais ou cacoetes pessoais.

O discurso direto geralmente apresenta verbos de elocução (ou declarativos ou dicendi) que indicam quem está emitindo a mensagem.

Os verbos declarativos ou de elocução mais comuns são:

acrescentar	dizer	interromper	reclamar
afirmar	Esclarecer	intervir	repetir
concordar	gritar	mandar	replicar
consentir	exclamar	Ordenar	responder
contestar	gritar	perguntar	retrucar
declamar	indagar	prosseguir	solicitar
explicar	insistir	protestar	pedir

Os verbos declarativos podem, além de introduzir a fala, indicar atitudes, estados interiores ou situações emocionais das personagens como, por exemplo, os verbos protestar, gritar, ordenar e outros. Esse efeito pode ser também obtido com o uso de adjetivos ou advérbios aliados aos verbos de elocução: falou calmamente, gritou histérica, respondeu irritada, explicou docemente.

Ex.:

— O amor, prosseguiu sonhadora, é a grande realização de nossas vidas.

Ao utilizar o discurso direto – diálogos (com ou sem travessão) entre as personagens –, você deve optar por um dos três estilos a seguir:

Estilo 1:

João perguntou:

— Que tal o carro?

Estilo 2:

João perguntou: “Que tal o carro?” (As aspas são optativas)

Antônio respondeu: “horroroso” (As aspas são optativas)

Estilo 3:

Verbos de elocução no meio da fala:

— Estou vendo, disse efusivamente João, que você adorou o carro.

— Você, retrucou Antônio, está completamente enganado.



RACIOCÍNIO LÓGICO

OPERAÇÕES COM CONJUNTOS

Um conjunto é uma coleção de objetos, chamados elementos, que possuem uma propriedade comum ou que satisfazem determinada condição.

► Representação de um conjunto

Podemos representar um conjunto de várias maneiras.

▪ **Atenção:** Indicamos os conjuntos utilizando as letras maiúsculas e os elementos desses conjuntos por letras minúsculas.

Vejamos:

▪ **1)** os elementos do conjunto são colocados entre chaves separados por vírgula, ou ponto e vírgula.

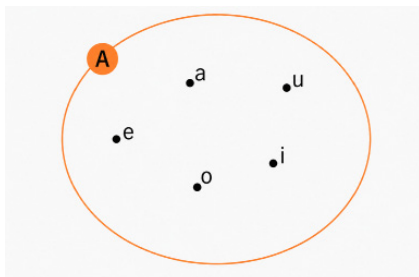
$A = \{a, e, i, o, u\}$

▪ **2)** os elementos do conjunto são representados por uma ou mais propriedades que os caracterize.

$A = \{x \mid x \text{ é vogal do nosso alfabeto}\}$

→ Este símbolo significa **tal que**.

▪ **3)** os elementos do conjunto são representados por meio de um esquema denominado diagrama de Venn.



► Relação de pertinência

Usamos os símbolos $\in$ (pertence) e $\notin$ (não pertence) para relacionar se um elemento faz parte ou não do conjunto.

► Tipos de Conjuntos

▪ **Conjunto Universo:** reunião de todos os conjuntos que estamos trabalhando.

▪ **Conjunto Vazio:** é aquele que não possui elementos. Representa-se por $\emptyset$ ou, simplesmente $\{\}$.

▪ **Conjunto Unitário:** possui apenas um único elemento.

▪ **Conjunto Finito:** quando podemos enumerar todos os seus elementos.

▪ **Conjunto Infinito:** contrário do finito.

► Relação de inclusão

É usada para estabelecer relação entre **conjuntos** com **conjuntos**, verificando se um conjunto é subconjunto ou não de outro conjunto. Usamos os seguintes símbolos de inclusão:

$\supset$ — contém

$\subset$ — está contido

$\not\supset$ — não contém

$\not\subset$ — não está contido

► Igualdade de conjuntos

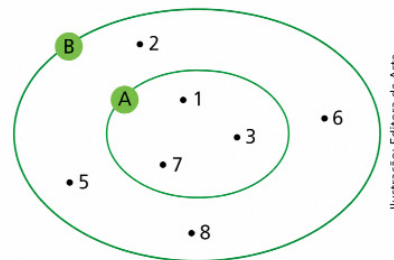
Dois conjuntos A e B são **IGUAIS**, indicamos $A = B$, quando possuem os mesmos elementos.

Dois conjuntos A e B são **DIFERENTES**, indicamos por $A \neq B$, se pelo menos UM dos elementos de um dos conjuntos **NÃO** pertence ao outro.

► Subconjuntos

Quando todos os elementos de um conjunto A são também elementos de um outro conjunto B, dizemos que A é subconjunto de B.

Exemplo: $A = \{1, 3, 7\}$ e $B = \{1, 2, 3, 5, 6, 7, 8\}$.



Os elementos do conjunto A **estão contidos** no conjunto B.

Atenção:

▪ **1) Todo conjunto A é subconjunto dele próprio;**

▪ **2) O conjunto vazio, por convenção, é subconjunto de qualquer conjunto;**

▪ **3) O conjunto das partes é o conjunto formado por todos os subconjuntos de A.**

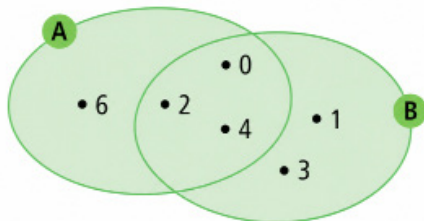
▪ **4) O número de seus subconjuntos é dado por: 2^n ; onde n é o número de elementos desse conjunto.**

AMOSTRA

► Operações com Conjuntos

Tomando os conjuntos: $A = \{0, 2, 4, 6\}$ e $B = \{0, 1, 2, 3, 4\}$, como exemplo, vejamos:

- **União de conjuntos:** é o conjunto formado por todos os elementos que pertencem a A ou a B. Representa-se por $A \cup B$. Simbolicamente: $A \cup B = \{x \mid x \in A \text{ ou } x \in B\}$. Exemplo:

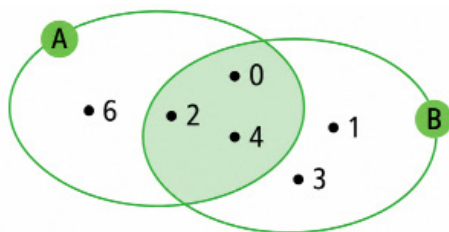


A parte pintada dos conjuntos indica $A \cup B$.

$$A \cup B = \{0, 1, 2, 3, 4, 6\}$$

Lê-se: A união B ou A reunião B.

- **Intersecção de conjuntos:** é o conjunto formado por todos os elementos que pertencem, simultaneamente, a A e a B. Representa-se por $A \cap B$. Simbolicamente: $A \cap B = \{x \mid x \in A \text{ e } x \in B\}$



A parte pintada dos conjuntos indica $A \cap B$.

$$A \cap B = \{0, 2, 4\}$$

Lê-se: A intersecção B.

Observação: Se $A \cap B = \emptyset$, dizemos que A e B são conjuntos disjuntos.

► Propriedades da união e da intersecção de conjuntos

1ª) Propriedade comutativa:

$A \cup B = B \cup A$ (comutativa da união)

$A \cap B = B \cap A$ (comutativa da intersecção)

2ª) Propriedade associativa:

$(A \cup B) \cup C = A \cup (B \cup C)$ (associativa da união)

$(A \cap B) \cap C = A \cap (B \cap C)$ (associativa da intersecção)

3ª) Propriedade distributiva:

$A \cap (B \cup C) = (A \cap B) \cup (A \cap C)$ (distributiva da intersecção em relação à união)

$A \cup (B \cap C) = (A \cup B) \cap (A \cup C)$ (distributiva da união em relação à intersecção)

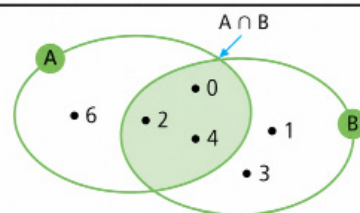
4ª) Propriedade:

Se $A \subset B$, então $A \cup B = B$ e $A \cap B = A$, então $A \subset B$

► Número de Elementos da União e da Intersecção de Conjuntos

E dado pela fórmula abaixo:

$$n(A \cup B) = n(A) + n(B) - n(A \cap B)$$



$$n(A \cup B) = 4 + 5 - 3 \Rightarrow n(A \cup B) = 6$$

Exemplo:

1. (CÂMARA DE SÃO PAULO/SP – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FCC)

Dos 43 vereadores de uma cidade, 13 dele não se inscreveram nas comissões de Educação, Saúde e Saneamento Básico. Sete dos vereadores se inscreveram nas três comissões citadas. Doze deles se inscreveram apenas nas comissões de Educação e Saúde e oito deles se inscreveram apenas nas comissões de Saúde e Saneamento Básico. Nenhum dos vereadores se inscreveu em apenas uma dessas comissões. O número de vereadores inscritos na comissão de Saneamento Básico é igual a:

- (A) 15.
- (B) 21.
- (C) 18.
- (D) 27.
- (E) 16.

Resolução:

De acordo com os dados temos:

7 vereadores se inscreveram nas 3.

APENAS 12 se inscreveram em educação e saúde (o 12 não deve ser tirado de 7 como costuma fazer nos conjuntos, pois ele já desconsidera os que se inscreveram nos três)

APENAS 8 se inscreveram em saúde e saneamento básico.

São 30 vereadores que se inscreveram nessas 3 comissões, pois 13 dos 43 não se inscreveram.

Portanto, $30 - 7 - 12 - 8 = 3$

Se inscreveram em educação e saneamento 3 vereadores.

INFORMÁTICA

MODALIDADES DE PROCESSAMENTO

► Conceito de processamento de dados

Dados, processamento e informação

Em informática, processamento de dados é o conjunto de operações realizadas sobre dados de entrada com o objetivo de transformá-los em informações úteis. Os dados, isoladamente, podem representar números, textos, códigos, imagens, sinais ou registros ainda sem interpretação suficiente para determinada finalidade. O processamento organiza, compara, calcula, classifica, combina ou modifica esses dados de acordo com regras previamente definidas.

Um sistema computacional pode, por exemplo, receber como dados de entrada as notas de um estudante. Em seguida, realiza cálculos para obter a média e aplica uma regra para determinar sua situação acadêmica. A média e a indicação de aprovação ou reprovação constituem informações produzidas a partir dos dados inicialmente fornecidos.

Ciclo básico do processamento

O funcionamento de muitos sistemas pode ser compreendido por meio de um ciclo formado por entrada, processamento, saída e armazenamento. Embora nem toda aplicação apresente essas etapas de maneira visível ao usuário, elas constituem uma referência importante para compreender o fluxo de informações.

Quando uma enumeração dessas etapas facilita a compreensão, pode-se observá-las da seguinte forma:

- **Entrada:** corresponde à inserção ou obtenção dos dados que serão tratados pelo sistema.
- **Processamento:** corresponde à execução de operações lógicas, matemáticas ou organizacionais sobre os dados.
- **Saída:** corresponde à apresentação ou disponibilização dos resultados produzidos.
- **Armazenamento:** corresponde à conservação de dados e resultados para utilização posterior.

Em um sistema de vendas, por exemplo, a leitura do código de barras representa uma entrada. A consulta do preço e o cálculo do total constituem processamento. A exibição do valor na tela ou a impressão do comprovante representam saídas, enquanto a gravação da venda em um banco de dados corresponde ao armazenamento.

► Classificação das modalidades de processamento

Crítérios de classificação

As modalidades de processamento podem ser classificadas segundo diferentes critérios. Uma classificação pode considerar o momento em que os dados são processados, enquanto outra

pode considerar a localização dos recursos computacionais ou a maneira como diferentes unidades de processamento participam da execução.

Por isso, expressões como processamento em lote, processamento em tempo real, processamento distribuído e processamento paralelo não são necessariamente categorias mutuamente excludentes. Um mesmo sistema pode apresentar simultaneamente várias características.

Uma plataforma de comércio eletrônico, por exemplo, pode utilizar processamento on-line para registrar pedidos, processamento distribuído para dividir serviços entre diferentes servidores e processamento em lote para gerar relatórios ao final do dia.

Modalidade de processamento e arquitetura computacional

É importante distinguir modalidade de processamento de conceitos relacionados à arquitetura dos computadores. A modalidade descreve principalmente como, quando ou onde uma carga de trabalho é processada. Já a arquitetura computacional trata da organização dos componentes responsáveis pela execução das instruções.

Assim, dizer que um sistema utiliza processamento em tempo real informa que determinadas respostas precisam ocorrer dentro de limites temporais. Dizer que utiliza múltiplos processadores informa uma característica de sua estrutura de execução.

► Evolução das formas de processamento

Dos sistemas centralizados aos ambientes modernos

Nos primeiros ambientes computacionais de grande porte, era comum concentrar praticamente todo o processamento em computadores centrais. Os usuários entregavam tarefas que eram executadas posteriormente, frequentemente sem interação direta durante o processamento.

Com a evolução dos sistemas operacionais, das redes, dos computadores pessoais e da internet, surgiram formas mais interativas e distribuídas de processamento. Atualmente, aplicações podem combinar servidores locais, serviços em nuvem, dispositivos móveis, equipamentos industriais e centros de dados geograficamente separados.

Essa evolução não tornou necessariamente as modalidades mais antigas obsoletas. O processamento em lote, por exemplo, continua amplamente utilizado quando grande quantidade de dados pode ser tratada de maneira programada, enquanto o processamento em tempo real se tornou essencial em aplicações que dependem de respostas dentro de limites temporais rigorosos.

AMOSTRA

PROCESSAMENTO EM LOTE, INTERATIVO, ON-LINE E EM TEMPO REAL**► Processamento em lote****Funcionamento do batch processing**

O processamento em lote, também conhecido como batch processing, ocorre quando tarefas ou conjuntos de dados são acumulados e posteriormente processados em grupo. Não se exige, em regra, que cada registro seja processado imediatamente após sua criação.

Em uma empresa, por exemplo, os registros das operações realizadas ao longo do dia podem ser reunidos e processados durante a madrugada para geração de relatórios, atualização de indicadores ou execução de rotinas administrativas.

Uma rotina em lote normalmente envolve etapas previamente definidas:

- Coleta ou acumulação dos dados que comporão o lote.
- Preparação dos dados e verificação de possíveis inconsistências.
- Execução automática da rotina programada.
- Registro dos resultados, erros e informações de controle.

Essa modalidade é eficiente quando há grande volume de dados e não existe necessidade de resposta imediata. Entretanto, um erro identificado apenas durante a execução do lote pode afetar diversos registros simultaneamente.

► Processamento interativo e processamento on-line**Interação entre usuário e sistema**

No processamento interativo, o usuário participa diretamente da execução, fornecendo comandos ou dados e recebendo respostas do sistema. Editores de texto, sistemas administrativos, navegadores e aplicações de consulta são exemplos de ambientes predominantemente interativos.

A característica essencial é a existência de interação durante o uso. O usuário realiza uma ação, observa o resultado e decide qual será a próxima ação.

Processamento on-line

No processamento on-line, os dados são tratados por meio de uma conexão ativa com o sistema responsável pela operação. Em geral, a aplicação permite consulta ou atualização diretamente na fonte utilizada pelo serviço.

Quando um consumidor realiza uma compra em um site e o pedido é registrado imediatamente no sistema da empresa, ocorre processamento on-line. Quando um atendente consulta o cadastro de um cliente conectado ao sistema corporativo, também existe processamento on-line.

On-line, contudo, não significa necessariamente tempo real. Uma aplicação pode estar conectada permanentemente a um servidor e ainda apresentar atrasos incompatíveis com requisitos rígidos de tempo.

► Processamento em tempo real**Resposta dentro de limites temporais**

No processamento em tempo real, a correção de uma operação depende tanto do resultado produzido quanto do momento em que esse resultado é disponibilizado. O sistema precisa responder dentro de um intervalo temporal compatível com o processo controlado.

Em um sistema de acionamento de airbag, por exemplo, detectar uma colisão corretamente não é suficiente. A resposta precisa ocorrer em tempo adequado para que o dispositivo desempenhe sua função.

Tempo real rígido e flexível

Nos sistemas de tempo real rígido, também chamados de hard real-time, ultrapassar o prazo previsto pode causar falha grave do sistema. São encontrados em determinados controles industriais, equipamentos aeronáuticos e sistemas de segurança.

Nos sistemas de tempo real flexível, ou soft real-time, atrasos ocasionais podem degradar a qualidade do serviço sem necessariamente provocar falha catastrófica. Aplicações multimídia e determinados sistemas de comunicação podem apresentar essa característica.

► Comparação das modalidades

A diferença fundamental entre essas modalidades pode ser observada pela relação entre processamento, interação e exigência temporal.

Modalidade	Característica principal	Exemplo típico
Em lote	Dados processados em grupos	Folha de pagamento
Interativo	Usuário participa da operação	Editor de texto
On-line	Operação realizada com conexão ativa ao sistema	Compra em comércio eletrônico
Tempo real	Resposta deve respeitar limite temporal	Controle de equipamento industrial

Um sistema pode reunir mais de uma dessas características. Um banco, por exemplo, pode realizar transações on-line durante o dia e executar rotinas em lote posteriormente para consolidação de dados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

OS RECURSOS PÚBLICOS: A RECEITA PÚBLICA ORIGINÁRIA E RECEITA PÚBLICA DERIVADA, TARIFAS (PREÇOS PÚBLICOS);

INTRODUÇÃO AOS RECURSOS PÚBLICOS

Os recursos públicos são os meios financeiros, patrimoniais e econômicos utilizados pelo Estado para cumprir suas funções e atender às necessidades coletivas. Por meio desses recursos, a Administração Pública consegue manter serviços essenciais, realizar investimentos, executar políticas públicas, pagar servidores, custear programas sociais, construir obras, preservar o patrimônio público, garantir segurança, educação, saúde, infraestrutura, assistência social e demais atividades de interesse público.

Nenhum Estado funciona sem recursos. A existência de escolas, hospitais, unidades de saúde, estradas, saneamento, iluminação pública, transporte, segurança, fiscalização, assistência à população vulnerável e administração da justiça depende de financiamento. Por isso, o estudo dos recursos públicos é fundamental para compreender a organização do Estado, o orçamento público, a tributação e a gestão fiscal.

Os recursos públicos podem ter diferentes origens. Uma parte decorre da exploração do próprio patrimônio estatal, como aluguel de imóveis públicos, venda de bens, exploração econômica de empresas estatais, receitas patrimoniais ou remuneração pelo uso de bens públicos. Essas receitas são chamadas de receitas originárias. Outra parte decorre do poder de império do Estado, ou seja, da capacidade estatal de exigir prestações compulsórias dos particulares, especialmente tributos. Essas são chamadas de receitas derivadas.

A diferença entre receita originária e receita derivada é muito importante. Na receita originária, o Estado atua de maneira semelhante a um particular, explorando seu próprio patrimônio ou prestando determinada atividade em regime contratual ou patrimonial. Na receita derivada, o Estado impõe uma obrigação ao particular com fundamento na lei e no poder público. O imposto, por exemplo, não depende de vontade do contribuinte; decorre de obrigação legal.

Os tributos são a principal forma de receita derivada. Impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais são espécies tributárias reconhecidas no sistema brasileiro. Eles financiam grande parte das atividades públicas e se submetem a princípios constitucionais, como legalidade, anterioridade, isonomia, capacidade contributiva e vedação ao confisco, entre outros.

As tarifas, também chamadas de preços públicos, ocupam posição específica no estudo dos recursos públicos. Elas não são tributos. Em regra, são valores pagos pelo usuário em razão da utilização de um serviço público prestado em regime contratual ou por delegação, como ocorre em certas concessões de serviços públicos. O pagamento da tarifa costuma estar ligado ao uso efetivo e voluntário do serviço. Diferencia-se, portanto, da taxa, que é tributo e decorre do exercício do poder de polícia ou da utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível.

A compreensão desses conceitos é importante porque nem toda quantia paga ao Estado é tributo. O cidadão pode pagar imposto, taxa, contribuição, multa, tarifa, preço público, aluguel, indenização ou ressarcimento. Cada uma dessas receitas tem natureza jurídica, regime de cobrança, fundamento legal e consequências diferentes. Confundir tarifa com taxa, por exemplo, pode levar a erro de interpretação.

Os recursos públicos também se relacionam diretamente com o orçamento. A receita pública prevista no orçamento permite planejar despesas e políticas públicas. Se a arrecadação é menor do que o esperado, pode haver contingenciamento, redução de investimentos ou dificuldade de execução. Se a receita é maior, podem surgir possibilidades de ampliação de serviços, desde que respeitadas as normas fiscais.

CONCEITO DE RECEITA PÚBLICA

Receita pública é o ingresso de recursos nos cofres públicos, destinado ao financiamento das atividades do Estado. Em sentido amplo, pode envolver toda entrada de valores no patrimônio público. Em sentido mais técnico, especialmente no Direito Financeiro, é importante diferenciar ingressos públicos provisórios e receitas públicas propriamente ditas. Nem todo ingresso representa receita definitiva.

Alguns valores entram temporariamente nos cofres públicos, mas não pertencem definitivamente ao Estado. São chamados de ingressos extraorçamentários ou meros ingressos financeiros. Exemplos podem incluir cauções, depósitos, consignações, fianças e valores recebidos para posterior devolução ou repasse. Nesses casos, o Estado atua como depositário ou intermediário, e não como titular definitivo do recurso.

AMOSTRA

RECEITA PÚBLICA ORIGINÁRIA

A receita pública propriamente dita representa entrada definitiva ou arrecadação que aumenta a disponibilidade financeira do Estado para realizar despesas públicas. Ela integra o orçamento e financia políticas públicas. Tributos, receitas patrimoniais, receitas de serviços, transferências correntes e receitas de capital são exemplos de receitas públicas em sentido orçamentário.

A receita pública pode ser classificada de diversas formas. Uma classificação importante distingue receitas originárias e derivadas. Outra distingue receitas correntes e receitas de capital. Também se pode classificar conforme fonte, categoria econômica, origem, espécie, vinculação, regularidade ou competência federativa. Cada classificação serve a uma finalidade de controle e gestão.

As receitas correntes são aquelas arrecadadas regularmente para financiar as atividades normais do Estado. Incluem receitas tributárias, contribuições, receitas patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes. Elas costumam custear despesas permanentes, como pessoal, manutenção de serviços e programas continuados.

As receitas de capital estão ligadas a operações que alteram a composição patrimonial ou resultam de recursos destinados a investimentos e amortizações. Podem incluir operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital. Essas receitas costumam financiar investimentos, obras, aquisição de bens e outras despesas de capital.

A previsão da receita pública é etapa essencial do orçamento. Antes de gastar, o Estado estima quanto arrecadará. Essa previsão precisa ser realista, baseada em critérios técnicos, histórico de arrecadação, atividade econômica, legislação vigente e projeções. Superestimar receitas pode gerar orçamento artificial e risco de desequilíbrio fiscal. Subestimar excessivamente também pode prejudicar planejamento.

A arrecadação é a entrada efetiva do recurso. Entre a previsão e a arrecadação pode haver diferença. Crises econômicas, inadimplência, mudanças legislativas, decisões judiciais, desonerações, aumento da atividade econômica ou eficiência fiscal podem alterar a receita realizada. Por isso, a execução orçamentária exige acompanhamento constante.

A receita pública tem relação direta com a legalidade. O Estado só pode arrecadar determinados valores quando houver fundamento jurídico adequado. Tributos dependem de lei. Tarifas dependem de contrato, regulamento ou estrutura do serviço. Multas dependem de infração prevista. Receitas patrimoniais dependem de exploração regular de bens. A arrecadação pública não pode ser arbitrária.

Também há relação entre receita e transparência. A sociedade tem direito de saber quanto o Estado arrecada, de onde vêm os recursos e como são utilizados. Portais de transparência, prestações de contas, leis orçamentárias e relatórios fiscais permitem acompanhar a gestão dos recursos públicos. A receita pública não pertence ao governante; pertence à coletividade.

A receita pública originária é aquela obtida pelo Estado a partir da exploração de seu próprio patrimônio ou da atuação em relações jurídicas semelhantes às de particulares. Nessa modalidade, o Estado não utiliza diretamente seu poder de império para impor compulsoriamente uma prestação ao particular. Ele obtém recursos por meio de atividades patrimoniais, contratuais, empresariais ou econômicas.

A expressão “originária” indica que a receita se origina do próprio patrimônio público. O Estado possui bens móveis, imóveis, terras, prédios, empresas, participações, direitos, recursos naturais e outros ativos que podem gerar receitas. Quando esses bens são administrados de forma econômica e legal, podem produzir ingressos para os cofres públicos.

Exemplos de receitas originárias incluem aluguéis de imóveis públicos, arrendamento de bens, concessão de uso remunerada de espaço público, venda de bens públicos, dividendos recebidos de empresas estatais, receitas de exploração econômica, rendimentos de aplicações financeiras, compensações patrimoniais e receitas decorrentes de contratos administrativos com característica patrimonial.

Uma prefeitura, por exemplo, pode obter receita originária ao alugar um imóvel público que não esteja sendo usado diretamente em serviço público, desde que respeitadas as normas legais. A União pode receber dividendos de empresa estatal da qual seja acionista. Um ente federativo pode obter receita com alienação de bens, observados os requisitos legais. Nesses casos, o recurso decorre da gestão do patrimônio estatal.

Na receita originária, a relação jurídica tende a ter natureza contratual ou patrimonial. O particular paga porque utiliza um bem, celebra um contrato, compra determinado ativo ou participa de relação econômica com o Estado. Não se trata, em regra, de imposição tributária. Se o particular não quiser utilizar o bem ou contratar, normalmente não estará obrigado a pagar aquele valor específico.

Isso não significa que a receita originária seja livre de regras. Ao contrário, a Administração Pública deve observar legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, licitação quando aplicável, avaliação prévia, interesse público, controle patrimonial e normas orçamentárias. O patrimônio público não pode ser explorado de forma favorecida, informal ou lesiva à coletividade.

A receita originária também pode decorrer da atuação empresarial do Estado. Empresas públicas e sociedades de economia mista que exploram atividade econômica podem gerar resultados financeiros. Quando esses resultados retornam ao ente público, podem representar ingresso originário. Contudo, o regime jurídico dessas entidades varia conforme sua natureza e atividade.

Uma característica importante da receita originária é a ausência de compulsoriedade tributária. O pagamento decorre de uma relação em que há maior proximidade com a autonomia da vontade, embora dentro de limites administrativos. Por isso, a receita originária se distingue da receita derivada, que decorre do poder estatal de exigir tributos independentemente da vontade do contribuinte.